

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano III | Volume 5 | Nº 15 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.4553203>



EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA COVID-19: GARANTIA DE DIAS LETIVOS OU DE APRENDIZADO NECESSÁRIO?

Rosenildo da Costa Pereira¹

Resumo

O presente texto objetiva analisar o processo educativo no contexto da pandemia da COVID-19, discutindo as implicações do coronavírus no processo de ensino e aprendizado de alunos brasileiros, sobretudo de alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, onde podemos considerar como os “mais afetados” quanto ao aprendizado escolar.

Palavras chave: Aprendizagem Educacional. COVID-19. Educação Escolar.

Abstract

The goal of this text is to analyze the learning process in the context of the COVID-19 pandemic through a discussion about the implications of the coronavirus in the teaching and learning process of Brazilian students, especially students in the early years of elementary school, who we can consider the “most affected” regarding to school learning.

Keywords: COVID-19. Educational Learning. Schooling.

Em dezembro de 2019, quando anunciada na cidade de Wuhan, na China, o vírus, SARS-CoV-2, responsável pela Doença do Coronavírus 2019 (COVID-19), muito rapidamente houve a propagação de uma pandemia de natureza multilateral (SENHORAS, 2020). O planeta passou a restringir a entrada de pessoas em países que não o seu de origem, fronteiras internacionais, interestaduais e municipais foram fechadas. A preocupação naquele momento era evitar que o vírus chegasse a esses territórios.

Como se não bastasse, *lockdown* foram realizados, estabelecimentos comerciais não essenciais foram fechados etc. Isto é, foram impostos, pelos governos do mundo todo, medidas de restrições duras e ao mesmo tempo necessárias, tendo em vista a não disseminação do vírus em qualquer lugar que seja.

Assim, é necessário questionar: e qual a implicação da COVID-19 no contexto educacional brasileiro? Esta indagação, tentaremos a partir de uma abordagem de pesquisa qualitativa e bibliográfica, responder ao longo deste texto. Apresentando nosso ponto de vista em relação ao fato vivenciado pela presença do vírus no contexto brasileiro.

No Brasil, o primeiro caso de COVID-19 foi registrado no dia 26 de fevereiro de 2020 em um paciente de 61 anos de idade proveniente do exterior, mas especificamente da Itália (SCHUCHMANN *et al*, 2020). Confirmado o fato, governos estaduais e municipais do país iniciaram um conjunto de

¹ Doutorando em Antropologia, área de concentração Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Especialista em Educação, Desenvolvimento e Sustentabilidade do Campo na Amazônia pela (UFPA) e Graduado em Pedagogia pela (UFPA). Atualmente é servidor público do município de Abaetetuba-Pará. Email: rosenildocosta@bol.com.br



medidas preventivas e ao mesmo tempo restritivas, a fim de evitar a chegada e, sobretudo a proliferação do Vírus nos seus respectivos territórios. Dentre as medidas tomadas estão: fechamento de fronteiras, entre estados e municípios; interditos de funcionamento de estabelecimentos não essenciais, proibição de voou internacional, lockdown, isolamento social e o mais importante para este estudo: todas as escolas públicas brasileiras tiveram suas portas fechadas.

Decerto que, o cenário que estamos vivendo, com o crescimento da COVID-19 em todos os estados do Brasil e com a preocupante situação da chegada da nova variante do vírus, mas contagiosa ainda. A suspensão das atividades escolares presenciais torna-se mais que necessária, pois não podemos com intuito de garantir dias letivos e direitos de aprendizagem, previstos na Constituição de 1988 e Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDB-9394/1996, expor a risco a vida das nossas crianças, frente a essa maliciosa doença até agora sem antídoto para combatê-la e as vacinas existentes até o momento são insuficientes para imunizar todos os brasileiros, dos quais, crianças e adolescentes menores de 18 anos não podem tomar. Assim, “Há grande preocupação acerca do retorno presencial das aulas, pois ainda não há uma vacina distribuída a população, que garanta efetivamente a sua segurança diante da COVID-19” (SOUZA, MIRANDA, 2020, p. 85)

Como estratégia e alternativa de ensino, proposto pelos governos brasileiros, para sanar a ausência do espaço físico da escola e garantir o direito de aprendizagem das crianças, criam-se no país o ensino de caráter remoto. Considerando-se que “o ensino “remoto” é posto como um substituto excepcionalmente adotado neste período de pandemia, em que a educação presencial se encontra interdita” (SAVIANI, GALVÃO, 2021, p. 38).

Neste sentido, a relação família/escola não tem sido tão emergente para o contexto brasileiro como o vivenciado na atualidade com a crise sanitária da pandemia da COVID-19. Os pais e responsáveis têm papel decisivo nesse intercâmbio professor/aluno/família/escola.

Porém, é importante questionar: como pais e responsáveis de alunos brasileiros vão auxiliá-los nas atividades do ensino remoto? O resultado tem implicação diretamente no aprendizado das crianças, com dificuldades de natureza diversas: pais e responsáveis analfabetos², falta de acesso e manuseio a tecnologia para auxiliar na medida do possível, recorrendo à internet para sanar dúvidas quanto ao assunto proposto, excessos de atividades entregues no início da semana e devolvida de forma semanal ou quinzenal, dependendo do sistema de ensino, pais e responsáveis trabalhadores, e contato a distância de alunos com professores por intermédio dos seus responsáveis, sem ter a possibilidade de tirar dúvidas dos conteúdos e atividades propostas.

² Segundo dados publicados pelo Gazeta do Povo, em 19 de junho de 2019, “a taxa de analfabetização mais atual no Brasil foi divulgada pelo IBGE em junho de 2019 na última Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua. O Brasil tem pelo menos 11,3 milhões de pessoas com mais de 15 anos analfabetas (6,8% de analfabetismo)”.



Como resultado, o ensino remoto, aponta-se que:

No “ensino” remoto, ficamos com pouco ensino, pouca aprendizagem, pouco conteúdo, pouca carga horária, pouco diálogo. Em contrapartida, temos muitas tarefas. Do lado dos alunos, estes supostamente passam a ser “autônomos” e vão em busca do próprio conhecimento, assoberbados com multiplicação de leituras, vídeos, podcasts, webinários etc (SAVIANI, GALVÃO, 2021, p. 42).

Assim, percebe-se a educação escolar no contexto da pandemia da COVID-19 têm como meta garantir na medida do possível, os 200 dias letivos aos alunos e não o aprendizado necessário e fundamental para sua formação enquanto sujeito social de direito ao aprendizado, sobretudo dos conteúdos escolares.

Há de se destacar, que nem só os alunos, particularmente, foram afetados com a COVID-19, pois os professores necessitando, cada vez mais, de acesso aos meios de tecnologia da informação para buscar conteúdos escolares, preparar suas aulas, organizar atividades para serem entregues aos alunos e ainda fazer correções do retorno dessas tarefas escolares. Isto é, alunos, professores, famílias etc; foram todos impactados pelo vírus, direta e indiretamente. Não queremos aqui culpabilizar os professores. Afinal, eles são tão vítimas como os alunos no que se refere ao processo educacional. Considerando-se que:

A pandemia afeta estudantes e professores, de modo que todos estão sofrendo modificações e interrupções em suas vidas, durante o período de isolamento social. Portanto, é preciso compreensão de ambos os lados, pois todos estão passando por momentos atípicos e de adaptação (RONDINI; PEDRO; DUARTE, 2020, p. 48).

Isolados socialmente, alunos e professores têm tentado por meio do ensino remoto sanar a ausência do espaço físico da escola e de aprendizado de conteúdos escolas via atividades planejadas, entregues pela escola, diretamente aos pais e responsáveis dos alunos. Este tem sido o desafio imposto pela pandemia tanto para professores como alunos, principalmente de escolas públicas pelas dificuldades enfrentadas, sobretudo, nestes últimos onze meses, particularmente. Diante disso, percebe-se que “A pandemia impôs grandes desafios para professores e estudantes, em especial, na educação básica” (SOUZA, 2020, p. 112).

Diante do exposto, sobre a COVID-19 e os impactos dela na sociedade brasileira, com medidas de restrições em diversos setores, sobretudo para nossas crianças dos anos iniciais do ensino fundamental que deixaram de frequentar, por longo período, o espaço físico das escolas públicas brasileiras. E o mais importante, deixaram de compartilhar experiências uma com as outras, tiveram seus aprendizados comprometidos face ao ensino de caráter remoto, mas o que importa não é garantir



dias letivos obrigatórios e sim aprendizado necessário, resultado que não se tem no ensino remoto, e além do mais, mantê-las salvas e protegidas do vírus responsável pela COVID-19. Isto é, “ano letivo se recupera, vidas não”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 31/01/2021.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 31/01/2021.

GAZETA DO POVO. “Taxa de analfabetismo no Brasil em 2017”. **Gazeta do Povo** [24/06/2018]. Disponível em: <<https://infograficos.gazetadopovo.com.br>>. Acesso em: 31/01/2021.

RONDINI, C. A.; PEDRO, K. M.; DUARTE, C. S. “Pandemia da Covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na prática pedagógica”. **Interfaces Científica**, vol. 10, n. 1, 2020.

SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. “Educação na Pandemia: a falácia do ‘ensino’ remoto”. **Universidade e Sociedade ANDES-SN**, ano XXXI, janeiro, 2021.

SCHUCHMANN, A. Z. *et al.* “Isolamento social vertical x Isolamento social horizontal: os dilemas sanitários e sociais no enfrentamento da pandemia de COVID-19”. **Brazilian Journal of Health Review**, vol. 3, n. 2, 2020.

SENHORAS, E. M. “COVID-19 e os padrões das relações nacionais e internacionais”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 3, n. 7, 2020.

SOUZA, D. G.; MIRANDA, J. C. “Desafios da Implementação do Ensino Remoto”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 4, n. 11, 2020.

SOUZA, E. P. “Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades”. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, ano XVII, vol. 17, n. 30, 2010.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano III | Volume 5 | Nº 15 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima